

3- PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS (parte 1)

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

✓ Previsão Legal nos artigos 150, I da CF

É proibido exigir ou aumentar tributo sem que lei o estabeleça.

CONCEITO

A Lei tributária deve servir de parâmetro para criar, extinguir, majorar ou reduzir tributos.

Deve conter todos os parâmetros

O quanto se deve pagar;

Quem deverá proceder ao pagamento;

A quem se deve pagar;

Porque se deve pagar

O ônus imposto para quem não pagar etc.

EXCEÇÕES

Tributos extrafiscais

II, IE, IPI e IOF

CIDE- combustível e ICMS monofásico incidente sobre combustíveis

PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE

Previsão Constitucional - art. 150, III, "a" - CF

CONCEITO

Proíbe que lei que institui ou majora tributos possa alcançar fatos geradores anteriores à sua eficácia.

Visa a segurança jurídica.

NÃO comporta exceções!

O art. 106 do CTN trata apenas de casos em que a lei tributária interpretativa ou mais benéfica em matéria de infrações pode retroagir.

Lei que cria ou majora tributos é diferente de lei mais benéfica quando se trata de infrações

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

Previsão Constitucional - art. 150, III, "b" e "c" - CF

CONCEITO

Determina que lei que crie ou aumente tributo seja anterior ao exercício financeiro em que o tributo será cobrado.

Se refere ao momento em que a lei tributária terá eficácia, diferente da irretroatividade que trabalha o critério da vigência.

Visa a segurança jurídica e se baseia na cláusula de não surpresa.

DOIS TIPOS

1. Anterioridade Anual

É a vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou majorou.

2. Anterioridade Nonagesimal/Noventena

É a vedação da cobrança de tributos antes de decorridos 90 dia da data em que a lei que instituiu ou majorou o tributo foi publicada.

Exceções

Estão previstas no artigo 150, §1º, CR/88.

Anterioridade Anual: II, IE, IPE, IOF, Imposto extraordinário de guerra e empréstimo compulsório no caso de guerra e calamidade pública.

Anterioridade Nonagesimal: II, IE, IR, IOF, Imposto extraordinário de guerra e empréstimo compulsório no caso de guerra e calamidade pública.

PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO TRIBUTO CONFISCATÓRIO

1 Previsão Legal nos artigos 150, IV da CF

CONCEITO

Impede que, com o pretexto de cobrar tributo, o Estado se apossa de bens de uma determinada pessoa.

Proíbe o Fisco arrecadar tributos com fins confiscatórios

A totalidade da carga tributária em um determinado momento, levando em consideração a União, Estados e Municípios;

A capacidade contributiva do 2 sujeito passivo da relação tributária;

A proporcionalidade da tributação em relação a essa capacidade contributiva

Para saber se o tributo é confiscatório, deve-se verificar:

★ Não se aplica a Multa

PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Previsão Legal no artigo 150, II CF

CONCEITO

Determina que toda e qualquer pessoa que se encaixe na hipótese legalmente descrita na lei que institui o tributo ficará sujeita ao mandamento legal.

★ Não proíbe o tratamento diferenciado, mas refrisa apenas que esse tratamento deve observar um valor constitucional

O Poder Judiciário não pode fazer uso deste princípio e passar a tributar uma situação não descrita em lei

É destinado especialmente ao legislador, quando da criação ou modificação de algum lei tributária.

PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

Previsão Legal no artigo 145, §1º CF

CONCEITO

Determina que cada contribuinte deve pagar os tributos adequados à sua capacidade econômica.

1 Se aplica a todos os tributos, pois decorre da interpretação e aplicação dos direitos fundamentais

CRITÉRIOS

2 Deve adequar a estrutura de cada espécie tributária.

STF

Este princípio recai tanto sobre os impostos reais (objeto) quanto aos impostos pessoais (sujeito)